

A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito

The Gregorian Reform: historiographical trajectories of a concept

Leandro Duarte Rust

Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Professor Assistente de História Antiga e Medieval
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
leandrorust@yahoo.com.br
Rua Uruguai, 194/104 - Residencial Ana Paula - Jardim Tropical
Cuiabá-MT
78065-160
Brasil

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

Professora Associada de História Medieval
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
andreaifrazao_ufrj@pq.cnpq.br
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Largo São Francisco de Paula, nº 1, sala 325b - Centro
Rio de Janeiro - RJ
20051-070
Brasil

135

Resumo

A expressão *Reforma Gregoriana* figura entre os conceitos mais freqüentes no estudo da história ocidental e, em especial, do mundo medieval. Referência básica na formação de nossos historiadores, esta expressão, contudo, raramente tem sua trajetória intelectual apresentada. A carência de estudos dedicados à dimensão historiográfica que define este conceito-chave do conhecimento histórico revela-se ainda maior em nossa língua portuguesa. Temos pouquíssimos trabalhos que oferecem ao leitor respostas para questões como: quais as ideias centrais veiculadas por estes termos? Quais os principais controvérsias e debates suscitados por eles junto aos historiadores? Quais as posições recentemente assumidas pelos estudiosos em relação ao seu emprego? O artigo aqui apresentado tem como propósito discutir estas questões. Para isso, apresentaremos um breve panorama das principais etapas da trajetória historiográfica que marcaram a formulação e o uso da expressão conceitual *Reforma Gregoriana* ao longo do século XX.

Palavras-chave

Reforma Gregoriana; Historiografia; Idade Média.

Abstract

The term *Gregorian Reform* is among the most frequent concepts used in the study of Western history and, in particular, in the medieval world. Basic reference in the formation of our historians, this expression, however, has rarely its intellectual trajectory displayed. The lack of studies devoted to the historiographical dimension that defines this key concept of historical knowledge is even greater in Portuguese. There are very few studies that offer the reader answers to questions like: what are the main ideas conveyed by these terms? What are the main controversies and debates raised by them with the historians? What are the positions recently taken by scholars in relation to the use of this expression? The purpose of this article is to discuss these questions. For this, we present a brief overview of the main steps of the path that marked the historiographical elaboration and use of the conceptual term *Gregorian Reform* throughout the twentieth century.

Keyword

Gregorian Reform; Historiography; Middle Ages.

Enviado em: 01/09/2009

Aprovado em: 17/09/2009

Expressar o significado da *Reforma Gregoriana* para o conhecimento histórico é tarefa por demais complexa, pois, na maioria das vezes em que se propõem a fazê-lo, os historiadores acabam recorrendo a superlativos e avaliações controversas. A seguir, apresentamos dois exemplos que consideramos emblemáticos. Em 1958, Norman Cantor publicou um estudo no qual assegurava ao leitor que o assim conhecido “momento gregoriano”, ocorrido na segunda metade do século XI, fora “the first of the great world-revolutions of western history, and its course follows the pattern as the well-know revolutions of modern times”, isto é, “the Protestant Revolution of the sixteenth century, the liberal revolution of the eighteenth century, the Communist revolution of the twentieth” (CANTOR 1958, p. 6-7). Há poucos anos, Paolo Prodi estampou, em seu ***Uma História da Justiça***, com um tom que expressa aparente naturalidade, a opinião de que “milhares e milhares de páginas foram escritas sobre essa temática e, a meu ver, nada de realmente novo pode ser dito” (PRODI 2005, p. 57). Embora estas afirmações soem como considerações desmedidas ou precipitadas, enunciam algo constatável a respeito da *Reforma Gregoriana*: é um tema que, por décadas a fio, tem atraído a atenção dos historiadores, figurando como temática habitual em suas mesas de trabalho. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar ao leitor um perfil das principais contribuições historiográficas do século XX referentes à expressão conceitual *Reforma Gregoriana*.

Consideramos Augustin Fliche (1884-1951) o grande marco na construção da noção de *Reforma Gregoriana*. Oriundo de uma família católica, este medievalista, que foi aluno de Émile Mâle, Ferdinand Lot e Charles Diehl, após concluir seu doutorado na Sorbone, com tese sobre o reinado de Felipe I, iniciou sua carreira como professor universitário em 1913, primeiro na *Faculté des Lettres* de Bordeaux e, posteriormente, em Montpellier. Seu interesse pela História da Igreja, e, mais particularmente, pela Igreja papal no século XI, iniciou-se juntamente com a sua carreira acadêmica. Assim, já em 1916 publicou ***Études sur la polémique religieuse à l'époque de Grégoire VII. Les pré-grégoriens***, em 1920, ***Saint Grégoire VII***, e, em 1924, lançou aquela que se tornaria a mais referenciada síntese produzida por um historiador do século XX sobre o papado medieval, ***La Réforme Grégorienne***

Muitas das principais ideias presentes neste trabalho sobre a Reforma Gregoriana têm sido, desde então, tratadas pelos estudiosos ora como pressupostos consensuais, ora como evidências empíricas imediatas. Por sintetizar grande parte do legado historiográfico oitocentista, esta obra foi, ao longo do século XX, insistentemente considerada como o estudo referencial do qual deveriam partir as investigações sobre o lugar do papado - e da própria igreja cristã como um todo - na história do pós-Ano Mil (TOUBERT 2002, p. 1432-1440).

A perspectiva interpretativa proposta por Fliche pode ser assim sintetizada: o amplo movimento de restabelecimento do poder papal ocorrido

a partir de 1049 – cujo “maior protagonista”¹ foi o papa Gregório VII (1073-1085) – foi uma ampla resposta às intermináveis “desordens” que se alastraram por toda a Cristandade em razão da ausência de um “Estado” forte. Segundo Fliche, o colapso do poder estatal carolíngio fez do século X uma era de crise política, social e moral. Sem um poder central capaz de impor um direito público que contivesse a incessante busca dos indivíduos pela consecução de seus interesses particulares, a “anarquia feudal” triunfou nas terras ocidentais. Das Ilhas Britânicas ao Mediterrâneo, o vácuo político deixado pela inexistência de uma autoridade imperial ou régia capaz de se fazer obedecer foi ocupado por uma livre vazão das “destrutivas” rivalidades e ambições materiais das aristocracias locais. Em outras palavras, aos olhos de Fliche, o século X foi o teatro de uma profunda crise que pôs em risco a vida em sociedade. Os sintomas da ascensão “predatória” das aristocracias logo se generalizaram na forma de um esfacelamento da moralidade laica e da disciplina clerical. Ambas arruinadas por um tráfico irrestrito de bens eclesiásticos – a simonia – e por uma grave rotina coletiva de violações de interdições sexuais cristãs – o nicolaísmo e a corrupção do casamento (FLICHE 1924-1937).

137

Neste sentido, diz Fliche, o estabelecimento de uma cúpula papal comprometida com a “reforma” da ordem social tornou-se o nervo do “movimento gregoriano”. Este, por sua vez, galvanizava as contribuições de movimentos reformadores anteriores, uma vez que, na raiz das ideias partilhadas por este movimento, estavam as contribuições dos principais grupos integrantes da *ecclesia* cristã da época: os monges beneditinos, cluniacenses sobretudo; os bispos lotaríngios; os reformadores italianos. Tais grupos destacavam-se, ainda segundo o autor, por partilharem de um forte senso comum de que era necessário empenhar energias para libertar a igreja cristã da “opressão e desordem” impostas pelos laicos, em especial pelas aristocracias feudais. Tais círculos reformadores teriam fornecido os homens que, a partir de 1049, controlaram o papado e tiveram em Gregório VII seu maior porta-voz. Portando, sob este prisma, toda vez que o chamado partido gregoriano hasteava palavras de ordem como *libertas ecclesiae* (“liberdade da igreja”), muito mais era empunhado, pois os princípios defendidos por tal partido sintetizavam longas tradições intelectuais na forma de um abrangente projeto para reger a vida coletiva. Suas ideias moldavam um modelo societário, cuja defesa e implantação foram abrigadas no interior da liderança eclesial reclamada pelo papado no século XI. Deste modo, todos os poderes e prerrogativas reclamados pelos gregorianos derivavam da ambição de tornar real uma mesma meta: a regularização da vida coletiva de toda a Cristandade, através, sobretudo, da moralização das condutas laicas e da correção dos comportamentos clericais, segundo os rigores da disciplina monástica e da tradição canônica.

Perpetuando a interpretação notabilizada por outro erudito francês, Odon Delarc, Fliche assegura-nos que, situada nas décadas finais do século IX, a “era

¹ Os termos entre aspas foram empregados por Fliche.

gregoriana” foi a etapa difusora e a fase de radicalização de correntes ancestrais da espiritualidade e do saber legal medieval. Desta forma, campanhas pela purificação moral da *ecclesia* e pela moralização do laicato – como as punições decretadas por Gregório VII contra os bispos investidos em suas funções por poderes seculares ou os ataques desferidos por Urbano II à violação da moral matrimonial – revolviam uma herança que recuava no tempo, adentrando o século X. Resultavam da combinação da ascese acalentada no interior de claustros beneditinos, como Cluny e Gorze,² da tradição canônica preservada nas escolas episcopais da Lorena e do rigor moral dos reformadores e eremitas italianos (FLICHE 1924-1937, v. 1). Em outras palavras, o “partido gregoriano”, abrigado em locais que favoreciam a conscientização a respeito da gravidade da “desordem feudal”, teria sido a síntese do que restara de lei e ordem após o colapso da era carolíngia.

Portanto, falar de *Reforma Gregoriana* significava, na opinião de Fliche, falar da mobilização coletiva liderada pelo papado para viabilizar a implantação de um programa de normatização das condutas sociais. A perene necessidade de efetivar tal liderança foi, aos olhos do medievalista francês, o catalisador histórico da centralização da igreja ocidental nas mãos do bispo de Roma. Pressionados pelo propósito de tomar a dianteira das relações de moralização da *societas christiana*, os papas foram levados a converter o primado apostólico da igreja romana – sua alegada fundação por Pedro, “príncipe dos apóstolos” – na razão da subordinação hierárquica e jurisdicional das igrejas espalhadas pela Cristandade. Para levar adiante a “reforma”, o papado precisou soerguer uma igreja cristã burocratizada e uniformizada, tal qual uma pirâmide, em cujo ápice encontrava-se a Cúria romana, hierocrática e suprema. Este processo produziu impactos de outra ordem, pois, afinal, tal centralização exigiu emancipar a igreja da influência laica de nobres, reis e, sobretudo, da coroa imperial: foi preciso afirmar a autonomia e o caráter inviolável dos bens, propriedades, direitos e procedimentos sobre os quais se assentava a organização da igreja romana. Após emancipar o papado da tutela imperial, o “partido gregoriano” buscou disseminar o mesmo modelo por todo Ocidente, fechando as portas para as influências de nobres e reis nas eleições episcopais, na arrecadação dos dízimos, na gestão do patrimônio eclesiástico. A fé reformadora dos “gregorianos” colocou-os em rota de colisão com os poderes seculares que puderam resistir à “anarquia feudal”. Para salvaguardar a ordem social e modelar os comportamentos cristãos segundo a sacra palavra, os papas e seus colaboradores irromperam no primeiro plano da vida política do medievo, afrontando

² Odon Delarc havia se transformado no maior representante da visão que dominou o século XIX e que caracterizava os gregorianos como continuadores dos ideais morais e disciplinares cultivados por Cluny. Segundo este autor, Gregório VII estava imbuído e comprometido com os princípios cluniacenses da mesma forma que Napoleão estaria, séculos depois, com o ideário da Revolução Francesa. (DELARC 1890, v. 1, p. x-xxxvii). Este medievalista distanciava-se da perspectiva proposta por E. Sackur, erudito alemão que, no *Die Cluniacenser in ihrer kirchlichen und Allgemeingeschichtlichen Wirksamkeit bis zur Mitte des elfen Jahrhunderts*, de 1892, tornou-se o primeiro a propor uma clara distinção entre os objetivos reformadores cluniacenses e gregorianos (SACKUR 1964, p. 13-18). A perspectiva de Sackur havia se tornado muito influente nas primeiras décadas do século XX, sendo encontrada em SMITH 1911, p. 20-33. Ver ainda: COWDREY 1970 p. xiii-xxvii e COWDREY 2000 p. 1-22.

a ancestral crença em uma autoridade régia/imperial superior a dos próprios bispos.³ Esta imagem não era inédita, pelo contrário. Fliche reproduzia aqui um corolário historiográfico que autores como James Pounder Whitney e Robert Warrand Carlyle já haviam trazido à baila. Referimo-nos à ideia, apresentada por estes autores, de que entre as razões da *Reforma Gregoriana* não constavam as relações entre Estado e Igreja, mas a moralização, a obediência à lei e à palavra dos santos padres. As questões políticas que emergiram não passavam de implicações, conseqüências inauditas, que eram o preço a ser pago pela reforma.⁴

Podemos agora fechar o círculo do raciocínio de Fliche: confrontado com o risco geral de dissolução da ordem criada pela ascensão da nobreza, o papado foi forçado a ocupar um lugar de Estado, arrolando para si o controle de certos direitos, atribuições e competências até então exercidos pelos poderes temporais. Uma conclusão desenrola-se nas entrelinhas deste pensamento: a “reforma gregoriana” gerou a ascensão política do papado, ou seja, em seu bojo foi gestado o poder apostólico contra o qual, um dia, protestariam Lutero e Calvino.

Estado carolíngio, anarquia feudal, monasticismo, tradição canônica, Relações entre Igreja e Estado são temas de grande abrangência histórica que se perfilam sob os olhos, fazendo do fito de compreender a *Reforma Gregoriana* uma operação historiográfica de grande porte, algo que exige ao estudioso prestar contas de duzentos anos de processos históricos (900-1100). Segundo Fliche este período poderia ser sintetizado em etapas, regidas pela seguinte cronologia:

139

1. 1046-1054: fase pré-gregoriana, em que papas germânicos, como Leão IX, conservaram o antigo amálgama de poderes laico e espiritual característico do “cesaropapismo” alto-medieval;
2. 1054-1073: período de emergência das ideias gregorianas a partir da síntese obtida entre a espiritualidade cluniacense, a tradição jurídica lotaríngia e os desafios políticos da península itálica, todos deitando raízes no século X;
3. 1073-1085: época de implantação dos ideais reformadores, que, formados em anos anteriores, atingiram, com Gregório VII, sua forma mais elaborada e radical;
4. 1085-1122: período pós-gregoriano, no qual a cúria papal adaptou a meta de implantação do “programa reformador” diante das reações antigregorianas e das resistências oferecidas por grande parte da hierarquia eclesiástica.⁵

³ Identificado por Fliche através do termo “cesaropapismo” (FLICHE 1924-1937, v. II, p. 263-276).

⁴ Onde se explicaria, segundo os autores em questão, o porquê dos “gregorianos” terem criado nada, ou muito pouco, em matéria de pensamento político, limitando-se somente a acionar a herança deixada pela Patrística Latina e do papado alto-medieval (CARLYLE 1873, v. 4, p. 6-163; WHITNEY 1919, p. 129-151; WHITNEY 1932).

⁵ Para um panorama mais abrangente das ideias flicheanas sobre o tema em questão ver ainda FLICHE 1940; FLICHE 1946.

Ao vislumbrá-lo em seus traços fundamentais, podemos compreender porque o conceito de *Reforma Gregoriana* de Fliche tomou conta da escrita da história. Quando veio a público, esta expressão assumiu ares de uma chave para análises promissoras. Abarcando ampla caracterização da eclesiologia cristã, esta "Reforma" pressupunha um vasto mapeamento das concepções acerca da autoridade religiosa, das junções existentes entre formas de sociabilidade e as práticas religiosas, das relações mantidas entre as sés patriarcais e igrejas locais, das conexões que enlaçavam o sagrado, o profano e o poder político. Modelado por um olhar holístico e sintético, o conceito emergiu, nos anos 1920, como uma grande novidade colocada ao alcance daqueles que ansiavam por reescrever a história religiosa do século XI, segundo uma perspectiva globalizante. Por meio dele, como notou Zachary N. Brooke em 1939,⁶ tomava corpo a possibilidade de capturar uma unidade da sociedade feudal e ultrapassar os reduzidos limites do tema oitocentista do duelo Estado *versus* Igreja em razão da "querela sobre as investiduras".⁷ Assim, quanto mais os historiadores se convenceram, ao longo do século XX, de que o futuro de seu ofício dependeria de sua habilidade para compor sínteses históricas (BERR 1946; FEBVRE 1970; BLOCH 1999), mais razões surgiam para justificar a incorporação deste conceito à pesquisa em História. Isto explicaria seu predomínio em obras-síntese sobre a história religiosa medieval, como as de Alberto Gutiérrez (1983), Knowles & Obolensky,⁸ Jacques Paul (1988, p. 213-299) e Jean Chélini (1991).

Todavia, não foi o que pensou Gerd Tellenbach (1903-1999), historiador alemão que se dedicou à história social e religiosa, em particular ao estudo do papado entre os séculos XI e XII. Formado em Freiburg e Heidelberg, foi professor das universidades de Gießen, Münster e Freiburg, chegando a reitor da Albert Ludwigs Universität e, posteriormente, diretor do Instituto Histórico Germânico em Roma.

Possivelmente estimulado pela discordância firmada por Eric Gaspar – erudito alemão que, entre 1920 e 1923, havia publicado a primeira edição moderna completa do *Registrum* de Gregório VII (GASPAR 1924, p. 11-30) –, Tellenbach publicou, em 1935, sua refutação às ideias de Fliche, a começar pela negação da existência de uma "crise feudal" no século X. Longe de responder a

140

⁶ "Now, as far as the first part of that period is concerned, that is to say down to the death of Henry IV in 1106, it should be obvious that the struggle is not about investitures at all. The utterances of the two protagonists, the pamphlet literature of their supporters, make clear what was at stake. It was a struggle for supremacy between the heads of the secular and ecclesiastical departments, each side claiming that its power derives from God and that it has the right to judge and depose the other, while itself subject to no human judgment but to God alone." (BROOKE 1939, p. 217-247).

⁷ Para o tema oitocentista da "Querela das Investiduras", ver: MILMAN 1864, v. III, p. 236-526; v. IV, p. 15-146. Visão perpetuada no século XX por: TIERNEY 1988.

⁸ Na obra de Knowles & Obolensky, cuja primeira edição data de 1968, encontramos uma avaliação que retrata o significado assumido, junto aos historiadores da primeira metade do século XX, da perspectiva sugerida por Fliche: "O grande movimento de reforma que se verificou na Igreja ocidental e se estendeu pelo espaço de cem anos, é muitas vezes deturpado pelos historiadores, e mal compreendido por seus leitores [...]. No passado a atenção era com freqüência dirigida quase exclusivamente para o conflito entre o papado e o Império, e mais particularmente para um ponto do conflito a luta das investiduras leigas. Só nos últimos cinquenta anos é que esta grande polêmica (...) passou a ser encarada mais corretamente como um dos aspectos de um amplo movimento de reforma moral, disciplinar e administrativa, que atingiu toda a sociedade, e não apenas o papado e o clero" (KNOWLES & OBOLENSKY 1972, p. 179).

um contexto de declínio ou colapso do poder estatal, as ideias e ações gregorianas emergiram na época em que a dinastia dos sálios – fundada com Conrado II – fortalecia a autoridade imperial como um regime teocrático, no qual o imperador figurava como fonte de instauração de qualquer poder, secular ou religioso. O papado não foi forçado a reagir contra algum suposto *vacuum* de poder político que ameaçaria a sociedade medieval e a própria igreja cristã. Pelo contrário, ele digladiou-se com uma robusta ideologia estatal propagada por um poder central bem assentado e capaz de impor-se às pretensões aristocráticas por regiões inteiras.

A *Reforma Gregoriana* não foi um processo de atuação da igreja romana contra a dissolução da estabilidade social, mas, diz-nos Tellenbach, da criação e da imposição de toda uma nova visão acerca da “correta ordem de mundo” (TELLENBACH 1959, p. 126-161). Entrava em cena uma abrangente concepção sacerdotal do poder que rompia e passava a competir com aquela herdada dos tempos carolíngios e que, no século XI, tinha na realeza sália seu principal propagador. Ao contrário do que supôs Fliche, para o historiador alemão as questões políticas se encontravam no centro das matérias revolvidas pelo pensamento dos “gregorianos”. Caberia reconhecer, portanto, que homens como o cardeal Humberto de Silva Cândia e os papas Nicolau II e Alexandre II realizaram algo drasticamente diverso do que propunha a compreensão de Augustin Fliche. Sugerir que as ações daqueles eram definidas por um empenho coletivo para reavivar o teor político do pensamento agostiniano ou concretizar uma monastização dos ofícios eclesiásticos seria, conforme Tellenbach, deixar escorrer entre os dedos aquilo que lhes conferia especificidade no conjunto da igreja medieval. O que as obras e decisões daqueles homens colocavam em jogo era uma verdadeira reviravolta dos rumos da história. Suas ações estavam voltadas para estruturar a igreja e a sociedade cristãs segundo ideais que, originários da visão sacerdotal acerca da hierarquização dos homens, superavam o conservadorismo político dos grupos monásticos e transpunham os limites das visões ascéticas sobre a ordem do mundo, até então dominantes no seio da *ecclesia* medieval (TELLENBACH 1959, p. 38-39). A sociedade cristã concebida pelos “gregorianos” era uma grave afronta à ordem dos poderes então vigentes na Cristandade do pós-ano Mil.

Em questão de décadas, os “gregorianos” desacreditaram o secular ideário político no qual o “secular” e o “espiritual”, embora constituíssem diferentes esferas da vida humana, convergiam, isentos de conflitos de princípios, para o poder mandatário do monarca. De meados do século XI em diante, assegurou Tellenbach, o alto escalão da sé romana lançou-se na abnegada defesa de um inédito ideal de liberdade eclesiástica (*Libertas Ecclesiae*), que não se limitava a apregoar autonomias, isenções e imunidades para igrejas e abadias, mas advogava uma legítima absorção do “direito natural dos poderes seculares” no interior da autoridade superior e onicompetente da qual o papado se considerava o único investido. A *Reforma Gregoriana*, vista sob este prisma, era antes um resultado direto da revolucionária emancipação política do papado face à dominação

romana e à hegemonia exercida pelo poder imperial. Não era capítulo final de um longo *continuum* de espiritualidade de monges e eremitas. Por conseguinte, o histórico de choques e hostilidades protagonizado pelos poderes imperial e papal após 1050 resultava das reações deflagradas, pela corte sábia e por parte da igreja imperial, contra a imposição da “nova ordem de mundo”, na qual a igreja de Roma era anunciada como fonte de todo direito e poder (TELLENBACH 1959, p. 162-177).⁹

Ainda que critiquemos Fliche, pelo fôlego moralista e o culto ao biográfico que permeiam sua escrita,¹⁰ e Tellenbach, por circunscrever suas análises aos limites de uma “História das Ideias” de molde hegeliano,¹¹ não podemos escapar à constatação de que suas obras impulsionaram um redimensionamento historiográfico da chamada “era gregoriana”. Produzindo suas reflexões no período entre guerras, quando o marxismo ainda não se consolidara como paradigma historiográfico e a Escola dos Annales ainda lançava as bases do que Burke denominou a “Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE 1991), tais autores mantiveram-se fiéis à perspectiva histórica que privilegiava os acontecimentos, os grandes homens, as correntes de ideias e o político. Entretanto, estimularam o interesse dos historiadores sobre o tema, acabando por suscitar novas pesquisas e contribuições, com as quais vieram as críticas e as revisões.

A primeira grande guinada revisionista ocorreu com a publicação, em 1947, da série *Studi Gregoriani* (BORINO 1947-1961). Reunindo grande número de pesquisas sob o propósito comum de aprofundar a investigação sobre as realidades sociais da *Reforma*, os *Studi* expuseram a complexidade – estimada como dimensionada de modo inadequado tanto por Fliche como Tellenbach, – das articulações jurídicas das práticas reformadoras, além de alertar para a diversidade, então pouco explorada, das inserções regionais do “movimento gregoriano”. Estimulando a elaboração de monografias versadas em documentações diocesanas, esta série ofereceu substanciais contribuições para que a *Reforma Gregoriana*, que antes se assemelhava mais a uma rubrica temática controlada pelas interpretações de um punhado de eruditos, fosse consolidada como um campo da pesquisa histórica, abalizado por promissoras diretrizes investigativas e dotado de um meio de divulgação próprio e regular. Em pouco tempo, esta espécie de re-fundação dos quadros da compreensão histórica fez-se terreno fértil para numerosas reavaliações dos fundamentos conceituais da expressão-título da obra de Fliche, cuja credibilidade foi então incisivamente revista. Observe-se, por exemplo, como Walter Ullmann, então familiarizado com a produção veiculada pelos *Studi*, publicou, em 1955, críticas

⁹ Ver ainda: TELLENBACH 2000, interpretação que influenciou autores como Uta-Renate Blumenthal (1995; 1998, p. 210-218), Friederich Kempf (JEDIN 1980, p. 351-425) e Greta Austin (2007, p. 40-57).

¹⁰ Não é demais lembrar que Fliche provinha de um ambiente familiar marcado pelo forte apoio paternal às medidas reformadoras papais iniciadas por Leão XIII com a *Rerum Novarum* (PALANQUE 1974, p. 238-249).

¹¹ Neste sentido, a obra de Tellenbach preservava as características dominantes na medievalística alemã da virada do século, representada por GIERKE 1900. Sobre esta questão, ver ainda: MEINECKE 1943; IGGERS 1968.

ásperas à conceituação manejada especialmente pelo medievalista francês:

The designation of the papacy as Reform papacy from Leo onwards express the fallacious view that with the accession of this Pope the era of "reform" begins. If indeed "reform" was what distinguished the Hildebrandine papacy, one may be forgiven for asking why this epitheton ornans is not bestowed upon the emperors immediately preceding this period. [...] This point of view which sees in the papacy a mere "Reform" papacy, would restrict its objectives to the removal of certain evils and abuses: did the papacy in the second half of the eleventh century really aim at nothing higher than this barren and negative end? (ULLMANN 1955, p. 262)

143

Em linhas como estas, carregadas com uma crítica quase cortante, Ullmann deu o tom do intenso revisionismo historiográfico que se seguiu. Pelas mãos de J. Gilchrist (1970, p. 1-10) e O. Capitani (1965, p. 454-481), a expressão conceitual *Reforma Gregoriana* ganhou ares de mote arbitrário. Nos termos destes autores, esta expressão induzia à imagem de um movimento reformador concebido como uma unidade, como um conjunto homogêneo, eclipsando, assim, no seu interior, numerosas divergências e tensões existentes no papado do século XI. Além disso, esta expressão comportava o inconveniente de colocar em primeiro plano o governo e a vida de Gregório VII – destacando o período de 1073 a 1085 –, projetando uma imensa sombra sobre as ações dos pontificados precedentes e posteriores. O pontificado gregoriano era assim destacado para dar sentido a toda uma época que se estendeu por mais de meio século, de 1046 a 1122. Deste modo, a compreensão histórica era muitas vezes levada a supervalorizar as crenças e ações de Hildebrando de Soana, estabelecendo-as como um referencial de comparação para os demais sujeitos sociais vinculados à Cúria romana. Em outras palavras, a expressão conceitual de Fliche sugeria que as condutas e práticas daqueles que, por décadas a fio, integraram o papado podiam e deveriam ser avaliadas à luz do que pensou e fez Gregório VII. Longe de se tratar de mera questão semântica ou de uma simples escolha de palavras, debater sobre a adequação do conceito *Reforma Gregoriana* implicava, para o historiador, ceder ou não um grande espaço para juízos de valor, análises teleológicas e comparações anacrônicas. As dubiedades que rondavam esta expressão tiveram sérias conseqüências para a periodização histórica, depondo contra a capacidade dos estudiosos de conferir às relações e aos processos históricos uma ordem de inteligibilidade.

Porém, mesmo com o aparecimento dos frutos deste revisionismo, décadas após o lançamento do primeiro volume dos *Studi Gregoriani*, a afirmação da história social da *Reforma Gregoriana*, noticiada pela série italiana de publicações, permanecia um desafio que calava fundo nas consciências dos especialistas. As mobilizações realizadas neste sentido resultaram em constantes safras de estudos que, a partir dos anos 70 do século passado, buscaram decifrar os emaranhados de estruturas e relações sociais que ligavam a "reforma" ao conjunto da vida em sociedade. Desde então, as mais diversas contribuições têm retocado as linhas de força de um modelo explicativo comum. Trata-se da

premissa norteadora de que as reformas religiosas promovidas a partir do século X não devem ser vistas pelos medievalistas como cartilhas de normatização de condutas sociais claramente articuladas e impostas “de cima” sobre a vida coletiva. As práticas reformadoras não emanavam de bispos de sólida bagagem intelectual, das lideranças de grandes estabelecimentos monásticos ou, finalmente, dos papas; os “reformadores” do pós-ano Mil respondiam a demandas generalizadas provenientes de uma “base social” em rápida transformação.

A ocupação do solo, até então dispersiva e intercalar, tornava-se densa e espessa, com as populações rurais confluindo para a formação de nichos habitacionais cerrados, compactos, dando forma a malhas urbanizadas concêntricas e nucleadas por fortificações senhoriais. Este processo de saturação dos veios demográficos ocidentais, chamado de “encelulamento” por Robert Fossier (1982) e de “*incastellamento*” por Pierre Toubert (1973), alterou decisivamente as relações sociais: estreitou a integração comunitária, alterou formas de sociabilidade, recompôs rotinas de convivência e de solidariedade.

A transformação das estruturas sociais acarretou pressões generalizadas por uma reordenação dos princípios regentes da interação social. Segundo Robert I. Moore, “a multidão emergia no palco da História” (MOORE 1980, p. 46-69), empurrada pelo progressivo desgaste da plausibilidade real das normas sociais até então vigentes, e semeando, por toda parte, demandas coletivas por sua reformulação. Deflagradas no bojo de uma “crise de teodiceia” (NELSON 1972, p. 65-77),¹² as fortes pressões sociais desencadearam, junto aos círculos laicos, ao chamado baixo clero e aos eremitas e monges, iniciativas de implantação de novos repertórios de regras comportamentais que incluíam desde a gestão da riqueza material à moral sexual (MOORE 1998. p. 179-208; MOORE 2000; BRUNDAGE 1987; MILLER 1993); da inserção espacial do sagrado (IOGNA-PRAT 2006; LAUWERS 2005; ROSENWEIN 1999) e dos critérios de santidade (RUGGIERI 1985, p. 245-261) à preservação da seguridade social (HEAD & LANDES 1992). O que tem sido demonstrado pela historiografia é que a sociedade estava por trás da reforma, não a igreja.

A mudança de rumos do saber histórico, com a consolidação da Nova História e da História socioeconômica modelada pelo materialismo histórico, foi fundamental para uma reinterpretação da questão. Afinal, na década de 1970, pela primeira vez, desde a publicação da obra de Fliche nos anos 1920, a *Reforma Gregoriana* deixou de ser vista como um conjunto de ações estritamente eclesiais. Caía por terra a imagem que a transformava em um feixe de ocorrências oriundas do “alto escalão” da sociedade medieval; protagonizada por “doutores da igreja”, papas, reis e imperadores; incitada por espiritualidades ritualísticas e potencializada por labirínticas compilações jurídicas. Era então possível “relier l’histoire de l’institution ecclésiastique élaborée par la réforme à l’histoire générale des formes et structures de pouvoir à l’intérieur de la chrétienté

¹² A crítica à proposta analítica da existência de uma “crise de teodiceia” no século XI encontra-se em: ASAD 1986, p. 345-360. Sobre esta questão ver ainda a valiosa síntese: LAMBERT 1992.

des XI^e-XII^e siècles” (TOUBERT 2002, p. 1434).

O essencial desta lição pode ser reencontrado na seguinte constatação, revestida com um tom de advertência por Giles Constable, em um conhecido livro:

In looking at [...] the movement of reform, it is customary to put in the center the highly institutionalized types of forms, above all the monks and canons, who led a strict community life [...]. It may be closer to the realities of medieval religious life to think in terms of a different model, [...] awakening to the variety of individual religious needs and temperaments and an acceptance of a diversity of forms of religious life (CONSTABLE 1996, p. 86-87).

Cluny e o papado não foram “focos” reformadores, tal qual pontos de origem, porque o processo chamado de “reforma” era coextensivo a todo tecido social: “before there was a center, there was reform, albeit local, popular, messy, frequently disorganized, and put to a variety of uses by different factions and groups” (HOWE 1997, p. 160).

Ambientados aos novos horizontes historiográficos, os especialistas investiram pesadamente contra o teor de artificialidade que permeava o uso da expressão *Reforma Gregoriana*. Já não era possível admitir a forma com que antes era individualizado um “partido reformador gregoriano”. Afinal, era possível perceber que se um historiador considerasse o combate à simonia, ao casamento eclesiástico e ao regime de “igrejas próprias”¹³ como traços suficientes para identificar um partidário de Gregório VII, então ele seria forçado a listar entre os “gregorianos” muitos dos inimigos declarados daquele papa, como os antipapas Clemente III e Gregório VIII, ou os cardeais Hugo Cândido e Beno de ss. Martino e Silvestro (Ver: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS 1995). Estes foram homens que, partilhando dos mesmos princípios de Gregório, firmaram vorazes oposições a ele e aos seus sucessores.

Os textos compostos por Giovanni Miccoli, Constance Bouchard ou John Howe não cessam de contestar as fronteiras conceituais em que o olhar oitocentista de Fliche encerrou a *Reforma Gregoriana*. Especialmente, a delimitação das ações reformadoras como uma “matéria especificamente eclesiástica”, cujos sujeitos históricos só seriam encontrados em meio a ordens sacerdotais ou nos claustros das grandes abadias. Na opinião de diferentes autores era chegado o momento de reconhecer o fim desta dicotomia nos estudos sobre a reforma. Afinal, este dualismo vinha sustentando, por décadas inteiras, a caracterização, explícita ou velada, da presença laica como fator de resistência – quando não de aversão – às “reformas”. Algo que a pesquisa histórica não corrobora. Ao manter a dicotomia que vê eclesiásticos-que-reformam *versus* laicos-que-sofrem-a-reforma, os historiadores mantêm a visão turva para dimensionar o lugar ocupado pelas nobrezas junto às iniciativas reformadoras (BOUCHARD 1987; MICCOLI 1999. p. 47-73; RAMSEYER 2006;

¹³ Perspectiva que persiste no saber histórico. Seu exemplar pode ser encontrado em: FANNING 1988, p. 9-10.

HOWE 1988, p. 317-339) ou para reconhecer a importância exercida pelo papado na história das reformas, mesmo durante o período em que o trono pontifício permaneceu sob o julgo das famílias romanas dos Crescenzi e dos condes de Tusculum.¹⁴

Entretanto, se a expressão *Reforma Gregoriana* inflige tantos cortes arbitrários ao estudo do passado medieval isto é um indício de que não se trata de uma mera “ideia fora do lugar”. Seus efeitos controversos sobre a escrita da história são indicativos de uma negligência teórico-metodológica partilhada por muitos especialistas: a desatenção à história das *memórias* que acompanham a ideia de “reforma”. Nos idos dos anos 1950, Gehart Ladner já alertara – embora de maneira esquiva – para os riscos de incorporar tal ideia às pesquisas históricas de maneira acrítica. Afinal, a noção de *Reforma* não é um vetor conceitual neutro ou isento de interesses particulares, algo que, exterior aos movimentos da própria História, sobre ela poderia ser aplicado a fim de traduzi-la, de torná-la inteligível. Pelo contrário, a referida ideia está apinhada de intensas cargas de sentido moldadas segundo pontos de vista específicos e seculares: desde a Antiguidade, a *Reforma* integra os repertórios de autorrepresentação da religião cristã, perpetuando, portanto, uma coerência argumentativa, uma racionalidade e uma integridade normativa características desta religião (LADNER 1959; LYTLE 1981).

Esta é, em grande medida, a lição recentemente ensinada por John Howe. Em páginas de rara densidade intelectual, este medievalista norte-americano demonstrou que a memória coletiva partilhada pelos reformadores habitualmente designados como “gregorianos” não faltou à regra sociológica de impor triagens ao registro do passado, selecionando-o e reinventando-o retrospectivamente. Seus discursos memorialistas – em especial, aquele composto após sua ascensão à sé de Roma – retiveram muito de uma manipulação da relação “passado e presente”. Vieram à tona respondendo à necessidade de fincar um corte no curso do tempo, de separar dois momentos: o “antes” e o “depois” de sua ascensão, transformados, respectivamente, em “passado” e “presente” coletivos, em que o passado desponta de forma denegrada, rebaixado como período de vida indesejável. Em outras palavras, como um grupo que se apoderou de uma determinada instituição, os reformadores romanos transformaram a lembrança dos tempos que os antecederam em um passado sombrio que enaltecia o presente por eles protagonizado, em um viés de autolegitimação. É, portanto, uma grande parcela desta carga *memorialista* que os historiadores acabam reproduzindo quando utilizam a expressão conceitual *Reforma Gregoriana*.

146

¹⁴ Formulado a partir de LOUD 1985, p. 10-11. Não é difícil encontrar ecos da “lenda negra” de corrupção e decadência do papado pós-carolíngio, período discriminado como época da “igreja em poder dos laicos”. Note-se esta visão de Donald Logan, emitida há menos de uma década: “It can be said that the eleventh-century reform had two general periods. The first was the period up to 1049, when the papacy was corrupt and the plaything of local strongmen [...]. With the coronation of pope Leo IX (1049) the papacy began to take shift of the movement” (LOGAN 2002, p. 106). A matriz historiográfica deste olhar que postula a vinculação do papado ao império como marco do fim de um longo e torpe período de “anos de chumbo” consiste no volume 7 da coletânea *Histoire de l'Église* dirigida por Fliche & Martin: AMANN & DUMAS 1948.

À luz das ideias de Fliche, *gregoriana* não somente distingue uma *reforma*, mas destaca “a” reforma por excelência. Reproduz-se, com isto, o mesmo corte memorialista que, tracejado pelo próprio grupo hegemônico no interior do papado na segunda metade do século XI, estabelecia um novo “marco zero” para a fé reformadora um novo princípio (HOWE 2005, p. 21-35). Talhado como um divisor de águas, o adjetivo induz o historiador a incorporar o ponto de vista criado pelos ocupantes da cúpula romana no pós 1050.

Insistentemente passada em revista, a *Reforma Gregoriana* alcançou o século XXI como um conceito revisto e dissecado: “is there something that can be salvaged of ‘Gregorian’, given recent historiographical revisions?” (CUSHING 1998, p. 14). Diante destas saraivadas de críticas e revisões, não faltou quem estivesse convencido de que já havia chegado o momento de abandonar a expressão notabilizada por Augustin Fliche. O fundamental, segundo estudiosos como Karl Leyser (1982, p. 138-160; 1994), Harold Berman (1984) e Kathleen Cushing (1994), consiste em recusar a ênfase depositada sobre o termo *reforma*, inapropriado para expressar a amplitude social alcançada pelas ações papais na segunda metade do século XI. Mais do que uma *reforma*, o que houve foi uma *revolução*: especificamente “gregoriana”, para uns; amplamente *papal*, para outros. Já para Christopher Brooke (1973, p. 244-275), Colin Morris (1989, p. 79-108) e Ian S. Robinson (2004) era necessário maior cautela. Tirar do foco analítico a noção de *reforma* equivaleria a perder de vista o elo definidor da identidade histórica partilhada pelos integrantes da cúpula romana. Seria descartar o principal eixo conceitual de que dispõe o saber histórico para elucidar a singularidade e historicidade das ações daquele grupo dentro do conjunto da Cristandade. As *práticas reformadoras* foram o que distinguiram o papado na história social dos séculos XI e XII. Portanto, o referencial *gregoriano* era o que precisava ser recusado e substituído. Neste caso, por uma conceituada *Reforma Papal ou Pontifícia*.

Outrora senhora incontestada do campo historiográfico, a *Reforma Gregoriana* tornou-se, nos dias de hoje, uma expressão sobremaneira convencional, algo que, não poucas vezes, faz-se presente na escrita da história graças à aceitação tácita garantida pela familiaridade com que os historiadores a reconhecem. Mas, precisamente por ter sido levada ao limite de um desuso, esta expressão tem algo de grande importância a dizer aos historiadores. As trajetórias pelas quais seguiu delineiam o que poderíamos chamar de um salutar “desencantamento historiográfico”: o que antes chegou a ser canonizado como uma construção conceitual insubstituível, figura hoje como uma ideia aberta e flexível, e, por isso mesmo, uma rubrica historiográfica convidativa à pesquisa, estimulante ao interesse intelectual. A vulnerabilidade atualmente estampada no traçado da ideia de uma *Reforma Gregoriana* é a imagem espelhada da qualidade inesgotável do saber histórico. Trata-se, portanto, de uma prova *a fortiori* de que reunir “milhares e milhares de páginas” sobre uma fatia de passado não é razão suficiente para que os historiadores o encerrem em molduras intransponíveis ou cedam à vã pretensão de tê-lo exaurido.

Referências Bibliográficas

- AMANN, Emile & DUMAS, August. ***L'Eglise au Pouvoir des Laïcs (885-1057)***. Paris: Bloud et Gay, 1948.
- ASAD, T. Medieval Heresy: an anthropological view. ***Social History***, v. 11, p. 345-360, 1986.
- AUSTIN, Greta. Bishops and Religious Law 900-1050. In: OTT, John S & JONES, Anna Trumbore (Ed.). ***The Bishop Reformed***: studies of episcopal power and culture in the Central Middle Ages. Aldershot: Ashgate Publishing, 2007. p. 40-57.
- BERMAN, Harold J. ***Law and Revolution***: the formation of western legal tradition. Cambridge: Harvard University Press, 1984
- BERR, Henri. ***A Síntese em História***. São Paulo: Renascença, 1946.
- BLOCH, Marc. ***Apologia da História***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BORINO, G. B. (Ed.). ***Studi Gregoriani***, Roma, 1947-1961.
- BOUCHARD, Constance. ***Sword, Mitre, and Cloister***: nobility and the church in Burgundy (980-1198). Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- BROOKE, Christopher. ***Europa en el Centro de la Edad Media (962-1154)***. Madrid: Aguilar, 1973.
- BROOKE, Zachary N. Lay Investiture and its relation to the conflation of Empire and Papacy. ***Proceedings of the British Academy***, v. 25, p. 217-247, 1939.
- BLUMENTHAL, Uta-Renate. ***The Investiture Controversy***: church and monarchy from the ninth to the twelfth century. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.
- _____. The Papacy and canon law in the eleventh-century reform. ***Catholic Historical Review***, n. 82-4, p. 201-218, 1998.
- BRUNDAGE, James A. ***Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe***. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BURKE, Peter. ***A Revolução Francesa da historiografia***: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1991.
- CANTOR, Norman. ***Church, Kingship, and Lay Investiture in England (1089-1135)***. New Jersey: Princeton University Press, 1958.
- CAPITANI, Ovidio. Existe un'età gregoriana? Considerazione sulle tendenze de uma storiografia medievistica. ***Rivista di Storia e Letteratura Religiosa***, v. 1, p. 454-481, 1965.
- CARLYLE, Robert Warrand. ***A History of Medieval Political Theory in the West***. New York: Barnes & Nobles, 1873, v. 4.

- CHÉLINI, Jean. **Histoire Religieuse de l'Occident Médiéval**. Paris: Pluriel, 1991.
- CONSTABLE, Giles. **The Reformation of the Twelfth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COWDREY, H. E. J. **Popes and Church Reform in the 11th Century**. Aldershot: Variorum, 2000.
- _____. **The Cluniacs and the Gregorian Reform**. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- CUSHING, Kathleen G. **Papacy and Law in the Gregorian Revolution: the canonistic work of Anselm of Lucca**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- DELARC, Odon. **Saint Grégoire VII et la réforme de l'Eglise au XI^e siècle**. Paris: Retaux-Bray, 1890, v. q
- FANNING, Steven. **A Bishop and his World before the Gregorian Reform: Hubert od Angers, 1006-1047**. Philadelphia: DIANE Publishing, 1988.
- FEBVRE, Lucien. **Combates por La Historia**. Barcelona: Ariel, 1970.
- FLICHE, Augustin. **La Réforme Grégorienne**. Louvain: Spicilegium Sacrum Lovaniense, 1924-1937, v I e II.
- _____. **La Réforme Grégorienne et La Reconquête Chrétienne**. Paris: Bloud et Gay, 1940.
- 149 _____ **La Querelle des Investitures**. Paris: Bloud et Gay, 1946.
- FOSSIER, Robert. **La Infacia de Europa**. Barcelona: Labor, 1982, 2 v.
- GASPAR, Eric. Gregor VII in seinen Briefen. **Historische Zeitschrift**, n. 130, p. 11-30, 1924.
- GIERKE, Otto Friedrich von. **Das Deutsche Genossenschaftsrecht III. Die Staats-und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters**. Berlin: Beidmannsech, 1881.
- GIERKE, Otto F. **Political Theories of Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1900.
- GILCHRIST, John. Was there a Gregorian Reform Movement in the Eleventh Century? **Canadian Catholic Historical Association, Study Sessions**, n. 37, p. 1-10, 1970.
- GUTIÉRREZ, Alberto. **La Reforma Gregoriana y el Renacimiento de La Cristandad Medieval**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1983.
- HEAD, Thomas & LANDES, Richard (Ed.). **The Peace of God: social violence and religious response in France around the Year 1000**. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- HOWE, John. **Church Reform and Social Change in Eleventh-Century Italy: Dominic of Sora and his patrons**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- _____. The Nobility 's Reform of the Medieval Church. **American Historical Review**,

n. 9, p. 317-339, 1988.

_____. *Gaudium et Spes*: ecclesiastical reformers at the start of a "New Start". In: BELLITTO, Christopher & HAMILTON, Louis (Ed.). **Reforming the Church Before Modernity**. Aldershot, UK: Ashgate, 2005. p. 21-35.

IGGERS, Georg. **The German Conception of History**. Middletown: Wesleyan University Press, 1968.

IOGNA-PRAT, Dominique. **La Maison Dieu**: une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge. Paris: Seuil, 2006.

JEDIN, Hubert (Ed.). **The Church in the Age of Feudalism**. New York: Seabury Press, 1980. V. III.

KNOWLES, David & OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1972. V. 2: Idade Média.

LADNER, Gehart. **The Idea of Reform**: its impact on Christian thought and action in the age of the Fathers. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

LAMBERT, Malcolm. **Medieval Heresy**: popular movements from the Gregorian Reform to the Reformation. Oxford: Blackwell, 1992.

LAUWERS, Michel. **Naissance du Cimetière**: lieux sacrés et terre des morts dans l'occident medieval. Paris: Aubier, 2005.

LEYSER, Karl. **Medieval Germany and Its Neighbours, 900-1250**. Londres: Continuum International Publishing Group, 1982.

LEYSER, Karl J. **Communications and Power in Medieval Europe**: the Gregorian Revolution and beyond. Londres: Continuum International Publishing Group, 1994.

LOGAN, Donald. **A History of the Church in the Middle Ages**. Londres: Routledge, 2002.

LOUD, Graham. **Church and Society in the Norman Principality of Capua (1058-1197)**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

LYTLE, Guy Fitch (Ed.). **Reform and Authority in the Medieval and Reformation Church**. Washington: The Catholic University of America Press, 1981.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su Génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MICCOLI, Giovanni. **Chiesa Gregoriana**: ricerche sulla riforma del secolo XI. Roma: Herder, 1999.

MILLER, Maureen Catherine. **The Formation of a Medieval Church**: ecclesiastical change in Verona (950-1150). Ithaca: Cornell University Press, 1993.

MILMAN, Henry Hart. **The History of Latin Christianity**: including that of the

- the popes to the Death of Pope Nicholas V. New York: Sheldon & Co., 1864, v. III, IV.
- MOORE, R. I. Family, Community and Cult in the Eve of the Gregorian Reform. **Transactions of the Royal Historical Society**, s. 5, n. 30, p. 46-69, 1980.
- MOORE, R. I. Property, Marriage, and the Eleventh-Century Revolution. In: FRASSETTO, Michael (Ed.). **Medieval Purity and Piety: essays on medieval clerical celibacy and religious reform**. Nova York: Taylor and Francis Group, 1998. p. 179-208.
- MOORE, Robert I. **The First European Revolution (970-1215)**. Oxford: Blacwell, 2000.
- MORRIS, Colin. **The Papal Monarchy: the western church from 1050 to 1250**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- NELSON, Janet. Society, Theodicy and Origins of Heresy: towards a reassessment of the medieval evidence. **Studies in Church History**, v. 9, 1972, p. 65-77.
- PALANQUE, Jean-Rémy. Notice sur la vie et les travaux de M. Augustin Fliche. **Comptes rendus des Séances de l'année 1974 de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**. Paris: Institut de France, 1974.
- PAUL, Jacques. **La Iglesia y La Cultura em Occidente (siglos IX-XII)**. Barcelona: Labor, 1988.
- PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RAMOS, Luís Garcia-Guijarro. **Papado, Cruzadas y Ordenes Militares**. Madri: Cátedra, 1995.
- RAMSEYER, Valerie. **The Transformation of a Religious Landscape: medieval southern Italy, 850-1150**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- ROBINSON, Ian Stuart. **The Papal Reform of the Eleventh Century: lives of popes Leo IX and pope Gregory VII**. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- ROSENWEIN, Barbara H. **Negotiating Space: power, restraint, and privileges of immunity in Early Medieval Europe**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- RUGGIERI, Giuseppe. Santità ed ecclesiologia al sorgere della cristianità gregoriana. **Cristianesimo nella storia: ricerche storiche, esegetiche, teologiche**, vol. 6, n. 2, p. 245-261, 1985.
- SACKUR, Ernst. The Influence of the Cluniac Movement. In: SCHAFER, Williams (Ed.). **The Gregorian Epoch: reformation, revolution, reaction?** Boston: D.C. Heath and Co., 1964. p. 13-18.
- SMITH, L. M. Cluny and Gregory VII. **English Historical Review**, v. 26, p. 20-33, 1911.

- TELLENBACH, Gerd. **Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest**. Nova York: Harper Torchbooks, 1959.
- ____. **The Church in Western Europe from the Tenth to the Early Twelfth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- TIERNEY, Brian. **The Crisis of Church and State**. Toronto: University of Toronto Press, 1988.
- TOUBERT, Pierre. Réforme Grégorienne. In: LEVILLAIN, Phillipe (Dir.). **Dictionnaire Historique de la Papauté**. Paris: Fayard, 2002, p. 1432-1440.
- ____. **Les Structures du Latium Médiéval**. Roma: B.E.F.A.R., 1973. 2 v.
- ULLMANN, Walter. **The Growth of Papal Government in the Middle Ages**. Londres: Methuen, 1955.
- WHITNEY, James Ponder. Gregory VII. **English Historical Review**, v. 34, n. 134, p. 129-151, 1919.
- ____. **Hildebrandine Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.